



**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 7ª LEGISLATURA
ATA SUCINTA DA 19ª
(DÉCIMA NONA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL
PARA DEBATER AS QUESTÕES RELATIVAS AOS CORRESPONDENTES
NÃO BANCÁRIOS DO BANCO DEBRASÍLIA – BRB,
EM 17 DE MARÇO DE 2016**

SÚMULA

PRESIDÊNCIA: Deputados Celina Leão e Wellington Luiz

LOCAL: Plenário da Câmara Legislativa do Distrito Federal

INÍCIO: 15 horas e 38 minutos

TÉRMINO: 19 horas e 10 minutos

PRESENÇA – Compareceram os seguintes deputados:

- Deputado Agaciel Maia – PTC
- Deputado Bispo Renato Andrade – PR
- Deputada Celina Leão – PPS
- Deputado Chico Leite – Rede
- Deputado Chico Vigilante – PT
- Deputado Cláudio Abrantes – Rede
- Deputado Cristiano Araújo – PTB
- Deputado Juarezão – PRTB
- Deputado Julio Cesar – PRB
- Deputada Liliane Roriz – PTB
- Deputado Lira – PHS
- Deputada Luzia de Paula – Rede
- Deputado Prof. Israel – PV
- Deputado Prof. Reginaldo Veras – PDT
- Deputado Raimundo Ribeiro – PSDB
- Deputado Ricardo Vale – PT
- Deputado Robério Negreiros – PMDB
- Deputado Rodrigo Delmasso – PTN
- Deputado Roosevelt Vilela – PSB
- Deputada Sandra Faraj – SD
- Deputada Telma Rufino – sem partido
- Deputado Wasny de Roure – PT
- Deputado Wellington Luiz – PMDB

Obs.: O Deputado Rafael Prudente – PMDB encontra-se em licença, de acordo com o AMD nº 12/2016.



1 ABERTURA

Presidente (Deputada Celina Leão):

- Está aberta a sessão.
- Sob a proteção de Deus, são iniciados os trabalhos.

2 COMUNICADO DA PRESIDÊNCIA

Presidente (Deputada Celina Leão):

– Informa que, de acordo com o Requerimento nº 1.557, de 2016, de autoria da Deputada Celina Leão, a sessão ordinária será transformada em comissão geral para debater as questões relativas aos correspondentes não bancários do Banco de Brasília – BRB.

2.1 COMPOSIÇÃO DA MESA

- **DEPUTADA CELINA LEÃO**, presidente da sessão e autora do requerimento
- **WILSON JOSÉ DE PAULA**, Secretário Adjunto de Fazenda do Distrito Federal
- **NILBAN DE MELO JÚNIOR**, Diretor de Governo e Produtos do Banco de Brasília – BRB
- **KÁTIA DO CARMO PEIXOTO QUEIROZ**, Diretora de Redes e Canais do Banco de Brasília – BRB
- **CRISTIANO VARELA DE MORAIS**, Presidente do Sindicato dos Correspondentes Bancários e não Bancários do Distrito Federal – Sindcorb/DF-DF
- **KAROLYNE GUIMARÃES**, advogada do Sindcorb/DF-DF e Secretária-Geral da Ordem dos Advogados do Brasil de Taguatinga – OAB Taguatinga
- **PAULO ROBERTO MATOS**, Secretário-Geral do Sindcorb/DF-DF

2.2 PRONUNCIAMENTOS

DEPUTADA CELINA LEÃO, presidente da sessão e autora do requerimento

– Agradece a presença de representantes do BRB e dos parlamentares neste evento, e explica a organização dos pronunciamentos.

PAULO ROBERTO MATOS, Secretário-Geral do Sindcorb/DF

– Manifesta o desejo dos microempresários do BRB Conveniência de dispor efetivamente de parceria com o Banco de Brasília.

– Cita alguns problemas ocorridos com reduções de remuneração e limites que trazem dificuldades aos microempresários.

– Reclama da queda do sistema em dias de grande movimento no Banco, o que causa transtorno no atendimento.

– Menciona que as conveniências reduziram o seu faturamento no patamar de 25% a 30%, e pede a revisão das tarifas remuneratórias.



- Teme pelo fechamento das lojas de conveniência, e destaca o elevado número de empregos que geram, além de cerca de 20 milhões de impostos pagos para o Distrito Federal.
- Critica a atuação política do Banco de Brasília em relação ao BRB Conveniência.

DANIELA MIRANDA, correspondente do BRB (loja 896) do *Na Hora* de Taguatinga Sul

- Comunica terem sido surpreendidos, no final do ano passado, com a decisão do BRB de mudar o modelo de remuneração que havia sido contratado por gestões anteriores, o que gerou insegurança nos proprietários de lojas de conveniência por poder provocar o fechamento imediato de diversas dessas lojas.
- Reconhece que as conveniências não garantem ao Banco o mesmo retorno financeiro que as agências, mas frisa que tampouco dão prejuízo, e apresenta as razões que justificam a sua existência.
- Reivindica ao Banco que respeite os compromissos assumidos no passado e que mantenha as condições anteriormente estabelecidas com as parcerias já firmadas.

LARCELE MENDES ELIAS, Conveniências 764 e 771 de Planaltina de Goiás

- Pede ao BRB que reconsidere as alterações promovidas na relação do Banco com os empresários dos postos de conveniência, uma vez que as medidas mencionadas inviabilizam os empreendimentos.
- Refuta a alegação do Banco de que a capacidade, os limites de atendimento e a remuneração dos postos de conveniências excedem os patamares de mercado, e frisa que também é elevado o investimento necessário para implantar as conveniências.
- Ressalta que o modelo das conveniências implantado pelo BRB se destaca dentre os similares, uma vez que é grande a lucratividade proporcionada ao Banco.
- Observa que os empresários confiaram no BRB ao aceitarem contratos com poucas garantias.
- Estima que os valores adotados pelo BRB para remuneração das conveniências eram apropriados, uma vez que vantajosos para o Banco, e conclui que o ajuste realizado constitui exagero promovido sem o necessário diálogo com os empresários.

DEPUTADO RICARDO VALE – PT

- Alude à audiência pública realizada em agosto do ano passado nesta Casa Legislativa, ocasião em que já fora aventada mudança na atuação política pela nova diretoria do Banco de Brasília em relação às conveniências.
- Sustenta que os bancos públicos devem exercer papel social, e ressalta que as conveniências desempenham esse papel junto à população do Distrito Federal, além de gerar emprego e renda.
- Preocupa-se com a política de enfraquecimento direcionada às lojas do BRB Conveniência, e acentua que os representantes do Banco devem ser transparentes com os microempresários e com a sociedade e apresentar o plano de recuperação desses estabelecimentos.



- Frisa que os Deputados lutarão contra a privatização do Banco de Brasília e contra o fim do BRB Conveniência.
- Manifesta o seu apoio e o desta Casa aos microempresários.

ANTONIETA BONFIM PALÁCIO, advogada do Sindcorb/DF

- Tece comentários sobre os benefícios da loja de conveniência do BRB para a população do Riacho Fundo II, especialmente para os idosos, uma vez que a região não possui agência bancária.
- Afirma que o fechamento das lojas provocará aumento do desemprego no Distrito Federal, e roga aos representantes do BRB que o Banco mantenha as lojas existentes na sua região.

DHENER LINO DA CRUZ, membro do Sindcorb/DF

- Enfatiza a seriedade dos empresários das conveniências do BRB.
- Desaprova as ameaças e as imposições feitas pelo Banco aos empresários.
- Observa que o pagamento de pequenas contas nas conveniências desonera o BRB desse serviço de baixo interesse para a instituição.
- Noticia que o Banco do Brasil e o Bradesco estudam projetos similares aos serviços das conveniências do BRB.
- Exorta a manutenção do respeito mútuo entre o BRB e os seus parceiros.
- Salaria a necessidade de urgência no atendimento das reivindicações dos empresários, uma vez que as mudanças realizadas pelo BRB inviabilizam os negócios.

EDUARDO FERNANDES, Vice-Presidente do Sindcorb/DF

- Lembra que os problemas com o BRB Conveniência tiveram início no ano passado, quando o BRB pediu a retirada dos caixas eletrônicos das lojas alegando prejuízo, o que causou grande transtorno a todos.
- Acentua que as lojas de conveniência geram uma economia da ordem de mais de dois bilhões de reais e promovem um atendimento rápido e de excelência.
- Clama parceria com o Banco de Brasília, e explica que a busca dos microempresários ao Tribunal de Contas do Distrito Federal – TCDFT, que culminou com a medida cautelar, se deveu a uma conversa com o Presidente do Banco, que afirmou haver um questionamento da Corte sobre a legalidade da tarifa paga pela instituição aos correspondentes pelos serviços prestados.
- Demanda o cumprimento dos contratos e das suas tabelas, e pede que o Banco converse com os empresários para conhecer a realidade em que vivem.

CRISTIANO ALENCAR SEVERO, diretor do Sindicato dos Bancários

- Declara que muitas conveniências têm trazido prejuízo ao BRB e que nem o Sindicato nem as instituições envolvidas podem admitir que o patrimônio público seja dilapidado.



– Reivindica das lojas o cumprimento do seu papel social, e conclui que o Banco deve rever os contratos já firmados para, inclusive, garantir melhor remuneração aos comerciantes que mantiverem o serviço.

– Critica alguns projetos em tramitação nesta Casa cuja aprovação poderia prejudicar o BRB, e afirma que o Banco deve continuar a ser a instituição financeira oficial do DF.

DEPUTADA CELINA LEÃO, presidente da sessão e autora do requerimento

– Comenta a importância do diálogo entre os parlamentares e a comunidade para a formulação de projetos, e expõe a necessidade de debate acerca das políticas do BRB com o intuito de fortalecer o Banco e atender ao interesse público.

– Contrasta a notícia de irregularidades nas conveniências com as denúncias de corrupção em outros segmentos do BRB, e conclui que não é justo criminalizar todos os empresários.

– Ressalta que os empresários das conveniências almejam contribuir com o BRB para o fortalecimento mútuo.

– Lista sugestões de ampliação do rol de serviços do BRB a serem atribuídos às conveniências para aumento da lucratividade compartilhada.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – PSDB

– Rememora a sua vida profissional como bancário do *Citibank*, em 1971, e relata que naquele tempo já havia parceria do Banco com os correspondentes.

– Comenta que viu o Banco de Brasília crescer e que percebe uma redução da qualidade nos serviços da instituição.

– Afirma que esta Casa Legislativa se empenhará para que a população seja bem atendida e possa escolher o BRB pelos melhores serviços prestados.

– Crê que os serviços realizados pelos correspondentes sejam uma facilidade em que o Banco deve investir.

– Parabeniza a Deputada Celina Leão pela iniciativa, e apresenta o seu apoio aos microempresários.

– Considera importante a discussão sobre as instituições, a fim de que estas atendam às necessidades do cidadão, o legítimo senhor do País.

– Solidariza-se com os correspondentes, e coloca o seu mandato à disposição.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – PMDB

– Avalia que a realização de duas audiências públicas em menos de um ano para tratar do mesmo assunto deveria ter colocado o GDF e o BRB em estado de alerta, pois o fato revela que as questões debatidas na primeira comissão geral não foram solucionadas.

– Informa ter recebido denúncias de que correspondentes bancários estariam sendo perseguidos.



– Comenta ter sido um dos agentes responsáveis pela *Operação Aquarela*, que investigava desvio de recursos do BRB, e indaga que providências foram adotadas após a elucidação da fraude.

– Manifesta-se favorável à manutenção das lojas de conveniência, das quais é usuário, e pede ao Banco que retome a sua função social.

– Conclui que o encerramento dos contratos com os correspondentes bancários vai gerar desemprego e criar um caos no Distrito Federal, uma vez que os bancos não têm condições de atender toda a demanda da população.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – PT

– Lembra que o projeto das conveniências é, na realidade, das próprias famílias.
– Lamenta a ausência de representante da Secretaria da Casa Civil do GDF neste debate.

– Apresenta dados que evidenciam a importância dos correspondentes no contexto nacional e o seu papel na distribuição dos serviços bancários, bem como indicam a posição do Distrito Federal nesse setor.

– Salaria os riscos a que estão submetidos os correspondentes no trabalho e enfatiza que estes não competem com as atribuições dos servidores do BRB.

– Lembra que o sistema dos correspondentes foi instituído no Brasil por autorização do Conselho Monetário Nacional.

– Destaca que as alterações que o BRB tem realizado na política dos correspondentes ocasionaram redução da clientela em *vans* e nos restaurantes comunitários onde os referidos serviços bancários eram prestados.

– Refere-se aos impactos da nova política do BRB em relação aos contratos que envolvem *lan houses*.

– Opina que o conjunto dos correspondentes bancários não pode ser penalizado por fraudes ocorridas em uma unidade do sistema, e assinala a responsabilidade do BRB no episódio, uma vez que o sistema de controle do Banco falhou na detecção do problema.

– Propõe a constituição de grupo de trabalho para aprofundamento da presente discussão.

– Reitera a importância da rede de convenientes no sistema produtivo do DF.

– Revela que buscará reunir-se com o Secretário de Trabalho, Desenvolvimento Social e Direitos Humanos, Joe Valle, para tratar do tema relacionado aos restaurantes comunitários.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – PTC

– Menciona o seu trabalho em defesa do Banco de Brasília e dos seus servidores de carreira como forma de fortalecer o Banco.

– Defende a realização de um percentual de serviço social pelos bancos, e frisa que a redução dos correspondentes vai de encontro a essa prática.

– Reputa pequena a quantidade de lojas BRB Conveniência no Distrito Federal.



– Ressalta que, devido às questões econômicas da atualidade, o momento é de união entre a direção do BRB e os seus servidores, e frisa que o Banco deve abrir perspectivas de ampliação do seu potencial.

– Sugere que a discussão seja levada à Comissão de Economia, Orçamento e Finanças desta Casa de Leis.

KÁTIA DO CARMO PEIXOTO QUEIROZ, Diretora de Redes e Canais do BRB

– Responde ao Deputado Wasny de Roure que os pontos abordados no relatório do Banco Central foram os mesmos debatidos nesta Casa no ano passado.

– Declara que o BRB não pode prescindir do correspondente não bancário, mas ressalta que, de acordo com resolução do Banco Central, a quem o Banco é subordinado, a prestação de serviços bancários deve ser o segundo negócio da loja, e não o primeiro, como pretendem alguns comerciantes.

– Explica que, como o Banco paga por serviço prestado, o aprimoramento de canais alternativos para uso dos correntistas, como, por exemplo, o aplicativo para celular – *mobile banking*, provoca redução na demanda e, em consequência, nos lucros dos correspondentes.

– Destaca que o BRB teve de prestar vários esclarecimentos sobre o trabalho dos correspondentes bancários ao Ministério Público de Contas do Distrito Federal – MPC-DF.

– Justifica a necessidade de controle do serviço para evitar fraudes, problema que tem levado as instituições financeiras a investir boa parte dos seus recursos na segurança bancária.

– Reitera que o BRB não tem interesse em acabar com as lojas de conveniência, e frisa que o Banco não visa ao lucro com esse tipo de negócio: o seu único benefício é a prestação do serviço à sociedade.

– Explica ao Deputado Wasny de Roure que, como o Banco não pode estipular metas, a alternativa encontrada para garantir às conveniências um acréscimo na receita foi a ampliação das atividades, com a venda de seguro e de cartão de crédito e a indicação de abertura de conta, experiência que se encontra em andamento em 23 unidades-piloto e que, caso seja exitosa, será estendida a todos.

– Esclarece outros pontos abordados pelo Deputado, e ressalta que o Banco é uma instituição financeira e, como tal, tem de acompanhar as regras do mercado.

– Justifica o fechamento de algumas lojas de conveniência.

EDUARDO FERNANDES, Vice-Presidente do Sindcorb/DF

– Contesta argumento do BRB acerca da necessidade de redução dos limites de operação nos postos de conveniência, opina que essa redução não aumentará a segurança das transações, e assinala que o BRB falhou na detecção das fraudes ocorridas em ponto de conveniência anteriormente divulgadas.

– Explana a posição do Ministério Público em relação a um dos reajustes debatidos.



– Desaprova a atuação de dirigente da Superintendência de Correspondentes não Bancários – Sucor do Sindicato dos Bancários, no BRB.

KÁTIA DO CARMO PEIXOTO QUEIROZ, Diretora de Redes e Canais do BRB

– Assegura a Eduardo Fernandes que o Banco de Brasília respondeu a dois questionamentos do Ministério Público, e confirma a existência do documento.

– Salienta que o Banco efetua um olhar amplo sobre o que ocorre e sobre o que precisa ocorrer, e ressalta que o ponto de corte realizado no valor dos títulos teve embasamento estatístico.

ANTÔNIO EUSTÁQUIO, dirigente do Sindicato dos Bancários de Brasília

– Levanta dúvidas quanto à afirmação da Diretora Kátia Queiroz de que o valor pago pelo Banco às lojas de conveniência seja utilizado para garantir benefícios aos seus trabalhadores.

– Acentua que o norte do movimento sindical é a defesa da classe trabalhadora, mas que, infelizmente, há sindicatos que não o fazem, e acrescenta que a apreensão demonstrada pelo vice-presidente do Sindcorb/DF, Eduardo Fernandes, pode decorrer do receio de que, por ser sindicalista, este dirigente acabe sendo muito rigoroso no exercício das suas funções, receio esse que não tem fundamento.

CRISTIANO VARELA DE MORAIS, presidente do Sindcorb/DF

– Realça o perigo a que estão submetidos os empresários e trabalhadores nos postos de conveniência bancária, e queixa-se do desinteresse do BRB em relação à segurança dos correspondentes bancários.

– Enfatiza que as conveniências não constituem ameaça aos servidores do BRB, uma vez que colaboram para o fortalecimento da instituição com atividades complementares.

– Requer imparcialidade na atuação do grupo de trabalho a ser constituído para tratamento do tema.

– Reitera pedido para que sejam mantidas as regras originais aplicadas pelo BRB na relação com as conveniências.

– Sustenta, em contraposição a argumento apresentado pela representante do BRB, que o Banco impõe metas aos empresários das conveniências sem importar-se com o valor social do atendimento à comunidade.

– Acusa o BRB de descumprir compromisso firmado em audiência pública de que, após a redução de terminais nas conveniências, não promoveria novas mudanças nessa área.

– Observa que o trabalho nas conveniências gera empregos e proporciona aumento de arrecadação para o Governo.

– Alerta que a manutenção das alterações impostas pelo BRB às conveniências ocasionará o fechamento da maioria desses empreendimentos.



– Apresenta a pauta de reivindicações das conveniências: restabelecimento do limite de pagamentos de títulos, manutenção do valor remunerado por pagamentos de títulos e do montante exigido para aplicação em CDBs, inclusão nos contratos do reembolso de despesas com carros-forte e da contratação de seguro de valores, garantia de transferência das lojas para outras localidades em caso de fechamento por baixa rentabilidade e garantia de manutenção dos contratos pelo prazo de vinte anos.

DEPUTADA CELINA LEÃO, presidente da sessão e autora do requerimento

– Comenta que esta Casa implementou o projeto *Câmara Cultural*, em que, a cada semana, é apresentada uma exposição.

– Julga simples a pauta de reivindicações do Sindicato, e sugere a criação de um grupo de trabalho com a participação da equipe técnica do BRB, de sindicalistas e de parlamentares para encontrar soluções para as demandas.

– Expressa gratidão ao Presidente do BRB, Vasco Gonçalves, por meio do Diretor Nilban de Melo Junior, e a Kátia Queiroz o pronto atendimento dispensado.

– Agradece a presença de todos.

NILBAN DE MELO JUNIOR, Diretor de Governo e Produtos do BRB

– Destaca que o BRB foi criado com o objetivo de fomentar o desenvolvimento de Brasília, e declara-se assustado com a faixa, que traz os dizeres *pacote de maldades*, com referência às decisões do Banco relativas à categoria, colocada na galeria pelos representantes.

– Comenta que algumas correções devem ser feitas, pois o BRB tem a exata noção do papel dos correspondentes para a instituição, mas ressalta que, face aos problemas econômicos enfrentados pelo País atualmente, houve diminuição de renda ou de receita, o que inclui o BRB e os empresários.

– Explica que os correspondentes são representantes do BRB, porém que este tem o compromisso de perpetuar a própria instituição e de preservar o patrimônio público do DF.

– Salaria que o Banco está presente em todo o Distrito Federal por meio das correspondências, o que caracteriza o compromisso público da instituição.

– Lembra que o BRB e os correspondentes são parceiros e, por isso, o BRB irá examinar atentamente as propostas a ele apresentadas.

Obs.: A seguir, há debate acerca da pauta das reuniões a serem realizadas entre a diretoria do BRB e os representantes dos empresários das conveniências.



3 ENCERRAMENTO

Presidente (Deputado Wellington Luiz):

– Agradece a presença de todos e declara encerrada a sessão.

Eu, Primeiro(a)-Secretário(a), nos termos do art. 128 do Regimento Interno, lavro a presente Ata.

Primeiro(a)-Secretário(a)

Ata considerada lida e aprovada na 22ª Sessão Ordinária, de 29/3/2016.